

CED

COMISSÃO
DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E
ESPORTE

JULHO - DEZEMBRO

55^a LEGISLATURA - ANO 2016
SENADO FEDERAL





Funcionários da Comissão de Educação, Cultura e Esporte: Ivan Cerqueira, Ednalva Xavier, Renata Cristina, Maísa Nassar, Rodrigo Barreto, Willy Moura, Fernanda Regina, Isis Gonçalves, Lincoln Telhado e Isabela Wandalsen.
Ausentes: Rosana Silveira Jobim, Nara Borges, Carolina de Almeida Pereira, Rony Lins Tolentino e Jessyca Fernanda Martins.

Reuniões da CE

Secretário: Willy da Cruz Moura

Telefone: 61 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br

Senado Federal - Praça dos Três Poderes

Anexo II Brasília DF - CEP 70165-900

Ala Alexandre Costa

Plenário nº 15

Expediente

Jornalista responsável: Letícia Alcântara

Texto: Lenice Lengruber e Maria Carolina Lopes

Projeto gráfico: Fabiano Campôlo e Rafael Minervino



CIE

COMISSÃO
DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E
ESPORTE

JULHO - DEZEMBRO

55^a LEGISLATURA - ANO 2016
SENADO FEDERAL

C O M P O S I Ç Ã O

Presidente
Senador Romário
PSB-RJ



Vice-Presidente
Senadora Fátima Bezerra
PT-RN



Bloco Parlamentar de Resistência Democrática (PDT, PT)

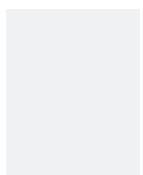
Titulares



Senadora
Fátima
Bezerra
PT-RN



Senadora
Angela
Portela
PT-RR



Vago



Senador
Cristovam
Buarque
PPS-DF



Senador
Lasier
Martins
PDT-RS



Senador
Paulo Paim
PT-RS

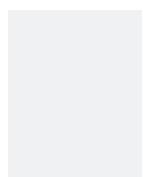


Senador
Wilder Morais
PP-GO



Senador
Gladson
Cameli
PP-AC

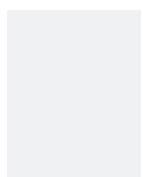
Suplentes



Vago



Senadora
Regina Sousa
PT-PI



Vago



Senador
Roberto Muniz
PP-BA



Senador
Telmário
Mota
PDT-RR



Senador
Lindbergh
Farias
PT-RJ



Senador
Ciro Nogueira
PP-PI



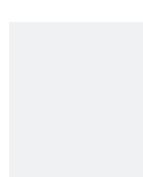
Senadora
Ana Amélia
PP-RS

Bloco da Maioria (PMDB)

Titulares



Senadora
Simone Tebet
PMDB-MS



Vago



Senador
João Alberto
Souza
PMDB-MA



Senadora
Rose de
Freitas
PMDB-ES



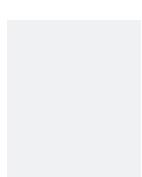
Senador
Otto Alencar
PSD-BA



Senador
Dário Berger
PMDB-SC



Senador
Jader Barbalho
PMDB-PA



Vago

Suplentes



Senador
Raimundo Lira
PMDB-PB



Senador
Roberto
Requião
PMDB-PR



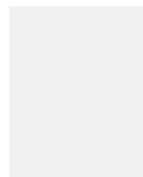
Senador
Ricardo
Ferraço
PSDB-ES



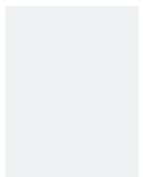
Senador
Hélio José
PMDB-DF



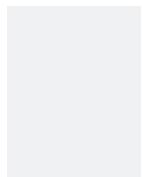
Senadora
Marta Suplicy
PMDB- SP



Vago



Vago



Vago

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)

Titulares



Senador
Ricardo
Franco
DEM-SE



Senador
José
Agripino
DEM-RN



Senador
Álvaro Dias
PV-PR



Senador
Antonio
Anastasia
PSDB-MG



Senador
Dalírio
Beber
PSDB-SC

Suplentes



Senador
Pinto
Itamaraty
PSBD-MA



Senador
Ronaldo
Caiado
DEM-GO



Senador
Aloysio
Nunes
PSDB-SP



Senador
Ataídes
Oliveira
PSDB-TO

Vago

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)

Titulares



Senadora
Lídice da Mata
PSB-BA



Senador
Romário
PSB-RJ



Senador
Roberto Rocha

Bloco Moderador (PPS, PSB, PCdoB, REDE)

Titulares



Senador
Cidinho
Santos
PR-MT



Senador
Zezé
Perrella
PTB-MG



Senador
Pedro
Chaves
PSC-MS

Suplentes



Senador
Antonio
Carlos
Valadares
PSB-SE



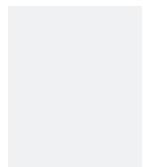
Senador
Randolfe
Rodrigues
REDE-AP



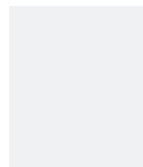
Senador
Fernando
Bezerra
Coelho
PSB-PE



Senador
Eduardo
Amorim
PSC-SE



Vago



Vago

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2016 foi atípico para o País: Jogos Olímpicos e Paralímpicos, eleições municipais e impeachment, seguido pela agenda política de um governo novo. Acontecimentos de extremo impacto na vida da população, que influenciaram também as atividades da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

No rastro desses acontecimentos, este colegiado promoveu importantes debates sobre a Reforma do Ensino Médio, previsto na Medida Provisória 746/2016, assim como sobre os avanços e desafios da educação no âmbito da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e sobre liberdade de expressão em sala de aula. Foram temas que dominaram a pauta da educação, neste segundo semestre.

No quesito cultura, esta comissão aprovou o PLC nº 24, de 2016, que “elevou o Rodeio, a Vaquejada, bem como as respectivas expressões “artístico-culturais”, à condição de manifestação cultural nacional e de patrimônio cultural imaterial”. O polêmico projeto ganhou visibilidade depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou a vaquejada inconstitucional. A decisão mobilizou a população nordestina e trouxe a Brasília 400 caminhões e 3 mil pessoas, que se manifestaram na Esplanada dos Ministérios.

O projeto já foi sancionado na forma da Lei nº 13.364, de 2016, mas não altera a decisão do STF.

Uma tragédia no esporte também provocou a reação dos senadores.

A queda do avião que levava a delegação da Chapecoense para disputar a final da Copa Sul-Americana, em Medellín, na Colômbia, vitimou 71 pessoas entre atletas e delegação, jornalistas e convidados. Em homenagem às vítimas, a CE aprovou um voto de pesar e ilustra na capa desta revista o mascote da Chapecoense.

Senador Romário (PSB-RJ)





32ª S E S S Ã O E X T R A O R D I N Ã R I A

5 D E J U L H O D E 2 0 1 6

FOTO: EDUARDO RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO



APROVADO PROJETO QUE REGULAMENTA AULAS EM HOSPIITAIS

Foi aprovado o projeto do senador Telmário Mota (PDT-RR) que trata do atendimento educacional especializado em classes hospitalares ou mediante atendimento pedagógico domiciliar (PLS548/2015).

O texto determina que os sistemas de ensino, mediante ação integrada com o sistema de saúde, deverão oferecer atendimento educacional especializado a alunos impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde, que implique internação hospitalar, atendimento ambulatorial ou uma permanência prolongada em domicílio.

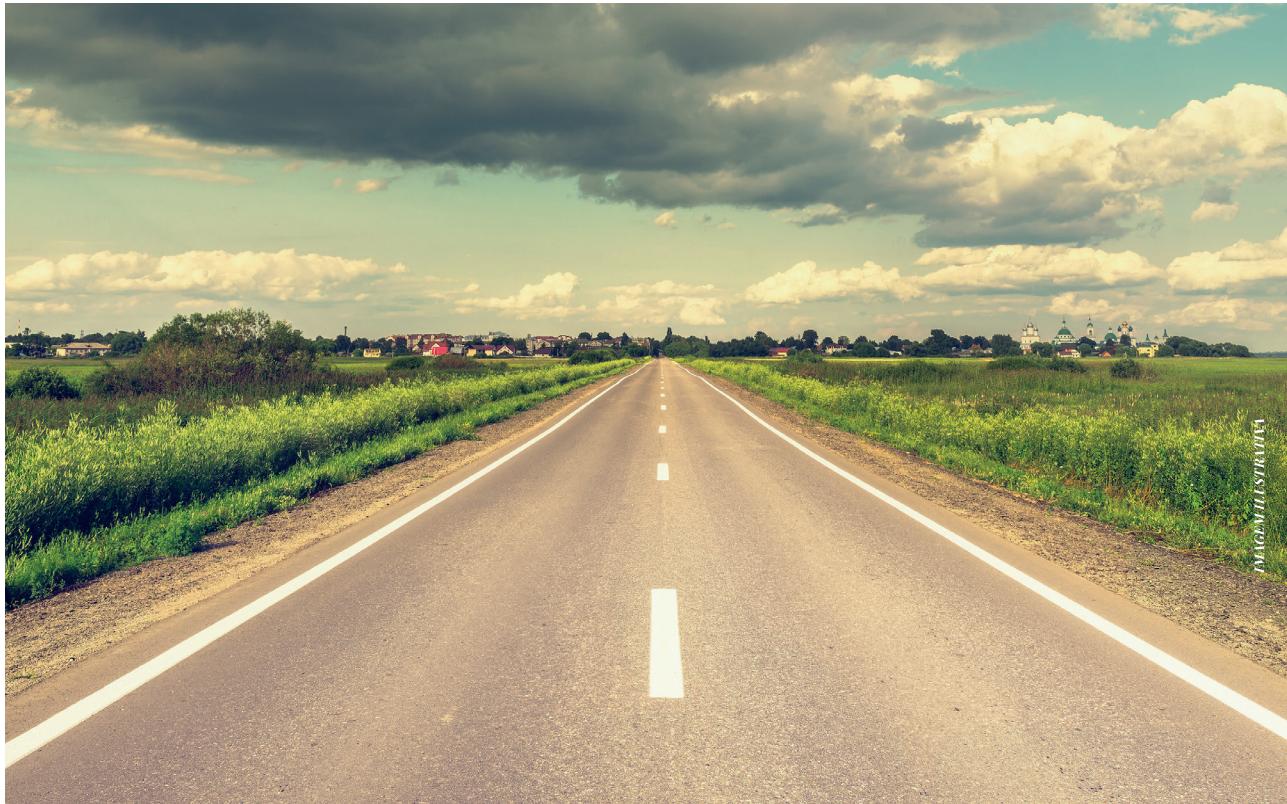
Segundo Telmário, tal política deverá ser assegurada por meio de classes hospitalares ou por meio de atendimento pedagógico domiciliar, inclusive para crianças, jovens e adultos não matriculados no sistema educacional local, facilitando seu posterior acesso à escola regular.

“Os professores dessas classes ou do atendimento domiciliar, como os demais docentes da educação básica, deverão ter nível superior em curso de licenciatura de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries

do ensino fundamental, oferecida em nível médio na modalidade Normal”, explica o senador.

Ainda pela proposta, caberá ao Conselho Nacional de Educação deliberar sobre as diretrizes operacionais e curriculares visando este atendimento educacional especializado.

O projeto seguiria para a Comissão de Assuntos Sociais, mas foi à mesa em virtude de requerimento formulado pelo senador Aloisio Nunes (PSDB-SP), para que seja ouvida também a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



RODOVIA ABADIO PEREIRA CARDOSO

O trecho rodoviário da BR-060 compreendido entre a cidade de Goiânia, capital do Estado de Goiás, e o entroncamento com as rodovias BR-452 e GO-174, a oito quilômetros da cidade de Jataí, poderá passar a ser denominado Rodovia Abadio Pereira Cardoso (PLC208/2015). É o que prevê o projeto do deputado Pedro Chaves, que teve relatório aprovado pela Comissão de Educação.



HINO NACIONAL

O Hino Nacional deverá ser executado na abertura de qualquer competição esportiva, cujo evento tenha na organização alguma entidade integrante do Sistema Nacional do Desporto (SCD 16/2015). A proposta, de autoria do senador Cristovam Buarque (PPS-DF), foi aprovada e segue para votação em plenário, estabelece que o hino deve ser executado na sua integralidade, em versão instrumental ou cantada, e todos os presentes deverão adotar atitude de respeito.

**Com informação da Agência Senado*

33^a S E S S Ã O E X T R A O R D I N Ã R I A

6 D E J U L H O D E 2 0 1 6

FOTO: PEDRO FRANÇA / AGÊNCIA SENADO



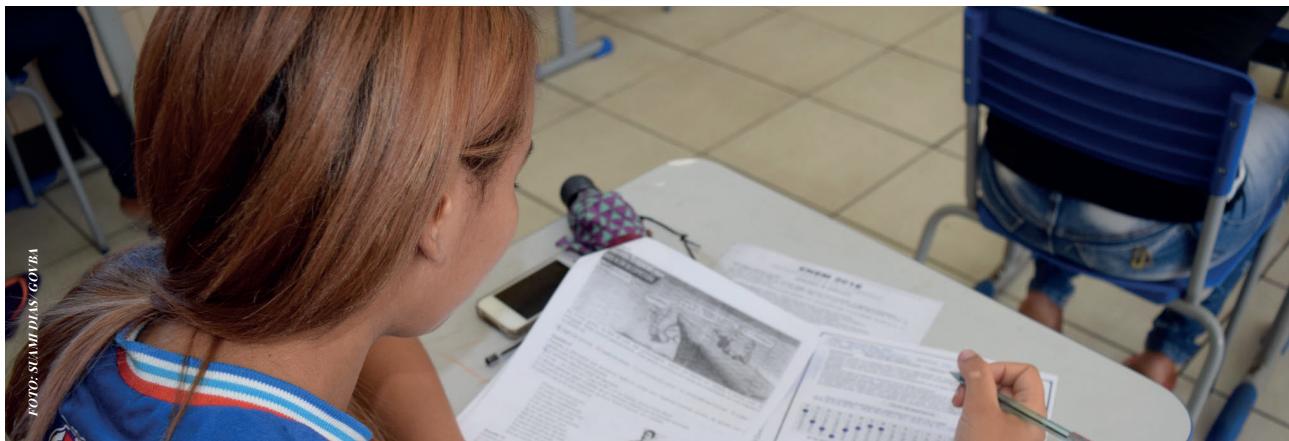
MINISTRO DIZ QUE EDUCAÇÃO TERÁ MAIS RECURSOS, MESMO COM A PEC 241

O ministro da Educação, Mendonça Filho, participou de audiência pública na Comissão de Educação, para apresentar seu plano de trabalho e os novos rumos da educação no país.

Ele iniciou falando da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/2016, que institui o novo regime fiscal, o governo quer limitar as despesas primárias da União, por 20 anos, aos gastos do ano anterior corrigidos apenas pela inflação do período.

“Tenho certeza que qualquer avanço nessa PEC 55/2016 preservará os recursos para a Educação. Essa será nossa luta, inclusive para permitir que haja crescimento dos investimentos no decorrer dos anos para a área, que é vital para a verdadeira transformação social e econômica que esperamos para nosso país.”

Ministro Mendonça Filho



Para o ministro, o equilíbrio fiscal é necessário, mas pode ser compatibilizado com mais investimentos na área. Ele explica que o governo já ressalvou dos efeitos da proposta enviada ao Congresso os recursos do Fundo Nacional da Educação Básica (Fundeb), tornando possível o aumento real dos gastos.

REPOSIÇÃO

Apesar do quadro fiscal difícil, continuou o ministro, uma das primeiras providências do governo foi restaurar o orçamento do Ministério da Educação. Do corte de R\$ 6,4 bilhões, que foi feito pelo governo anterior no início do ano, foram repostos R\$ 4,7 bilhões. Segundo Mendonça Filho, a ampliação tornou possível atender a diversos programas e garantir 75 mil novas matrículas de estudantes em instituições privadas de ensino superior neste segundo semestre, por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Ele explica que um levantamento indicou um cenário de problemas, como dívidas acumuladas na execução dos principais programas. No âmbito do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), os débitos chegavam a R\$ 10,6 bilhões.

Em alguns programas, disse ele, não havia previsão de recursos para 2016. Era o caso do Mais Educação, que complementa despesas de estados e municípios com a educação de

tempo integral. Disse que também não havia dinheiro para o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem), utilizado para acompanhar a qualidade do ensino e como prova de acesso às vagas no ensino superior público.

INEFICIÊNCIA

Mendonça Filho descreveu ainda um quadro que chamou de “gestão burocrática e ineficiente”. Como exemplo, citou a desproporção entre os gastos com 35 mil bolsas do programa Ciência Sem Fronteiras, que consumiu R\$ 3,7 bilhões em 2015, e com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com mesmo valor para atender 48 milhões de alunos. No caso do Mais Educação, o governo teria pago em 2014 complementações referentes a 8,31 milhões de alunos, mas o Censo Escolar só registrou 4,5 milhões de estudantes em tempo integral.

“Ou está errado o Censo Escolar, ou está errado o Mais Educação. Então, a gente tem que identificar o tipo de problema que existe, diante de uma diferença de quase quatro milhões de alunos entre o que está claramente publicizado e o que está sendo pago com dinheiro público”, afirmou.

EVOLUÇÃO

A senadora Fátima Bezerra (PT-RN), que propôs a audiência, apontou a evolução da Educação durante

os governos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da presidente afastada Dilma Rousseff. O Orçamento do setor, disse, saltou de R\$ 43,9 bilhões, em 2002, para R\$ 137,2 bilhões em 2015. Na educação superior, no mesmo período, as matrículas evoluíram de 42,7 milhões, para 74,9 milhões, entre vagas no ensino público e privado, esse estimulado com bolsas do Prouni e financiamentos do Fies. Fátima citou ainda a criação de novas 442 escolas técnicas federais profissionalizantes.

“Ninguém pode desconhecer o legado do presidente Lula e da presidente Dilma”, afirmou a senadora, ouvindo do ministro que não era de seu feitio negar realizações de governos antecessores.

Quanto aos cortes no orçamento da educação feito pela presidente Dilma no início do ano, Fátima Bezerra alegou que foram decorrentes das “pautas bombas” estimuladas pelo então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) — agora afastado do cargo — como retaliação ao governo. A seu ver, nada mais natural que o governo Temer restaurasse o Orçamento depois de conseguir do Congresso a ampliação da margem de déficit.

*Com informação da Agência Senado

34ª S E S S Ã O E X T R A O R D I N Ã R I A

12 D E J U L H O D E 2 0 1 6

FOTO: EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO



SENADO PODERÁ DEBATER O PROGRAMA “FORÇA NO ESPORTE”

Foi aprovado o requerimento do senador Romário (PSB-RJ), para uma audiência pública sobre o Programa Forças no Esporte e Atletas de Alto Rendimento, gerenciado pela Secretaria de Pessoal, Saúde, Educação e Desporto do Ministério da Defesa.

Segundo Romário, o objetivo desta audiência pública atende à necessidade de divulgar junto ao Congresso Nacional o Programa Forças no Esporte e Atletas de Alto Rendi-

mento, que é uma vertente militar do Programa Segundo Tempo (do Ministério do Esporte) e visa, a partir de atendimento em unidades militares, acolher crianças pobres da periferia de grandes centros urbanos e lhes proporcionar atendimento diário nas áreas da educação, cultura, esporte e lazer.

“Acredito que a realização de uma audiência sobre esse tema irá motivar a busca de recursos financeiros, inclusive oriundos de emendas parlamentares, visando a continuidade e

auto sustentabilidade do Programa. O “Força no Esporte” tem apresentado resultados satisfatórios na área da inclusão social, especialmente, na promoção e apoio de maior qualidade de vida das crianças que vivem à margem da pobreza, capacitando-as ao exercício da cidadania”, afirma o senador.

*Com informação da Agência Senado

35ª S E S S Ã O E X T R A O R D I N Ã R I A

16 D E A G O S T O D E 2 0 1 6



FOTO: ADRIAN RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO

AUDIÊNCIA PÚBLICA IRÁ AVALIAR AS OLIMPÍADAS RIO 2016

A Comissão de Educação irá avaliar os jogos olímpicos e paralímpicos no Rio de Janeiro do ponto de vista da organização do evento e do desempenho dos atletas brasileiros.

Os senadores devem convidar para participar de audiência pública o ministro do Esporte, Leonardo Picciani, presidente do Comitê Olímpico do Brasil (COB), Carlos Arthur Nuzman, ministro da Defesa, Raul Jungmann, os atletas Diego Hypólito (medalha de prata na ginástica artística), Rafaela Silva (medalha de ouro no judô) e Felipe Wu (medalha de prata no tiro

com pistola). A data da audiência ainda não foi marcada.

Telmário disse ser preciso contribuir para uma melhor estruturação do esporte no Brasil visando o próximo ciclo olímpico, que culminará nos jogos de Tóquio em 2020.

Para ele, o desempenho brasileiro nas Olimpíadas ainda está muito aquém do potencial, sendo importante aprofundar as discussões sobre incentivos financeiros, condições de treinamento e as políticas públicas para iniciação esportiva.

“Todos os nossos atletas estão de parabéns, mas precisamos discutir as políticas de incentivo que adotamos e o retorno que elas têm dado.”

Senador Telmário Mota

*Com informação da Agência Senado

36ª S E S S Ã O E X T R A O R D I N Ã R I A

1º D E S E T E M B R O D E 2 0 1 6

FOTO: JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO



DEBATE SOBRE ESCOLA SEM PARTIDO É SUSPENSO APÓS TUMULTO

O senador Cristovam Buarque (PPS-DF) suspendeu a audiência pública que discutia “liberdade de expressão na sala de aula”, com representantes a favor e contrários ao projeto “Escola sem Partido”, projeto de lei defende a neutralidade do ensino, por meio da proibição de suposta “doutrinação ideológica” nas escolas.

Para os críticos, o projeto afeta a liberdade de expressão, o pluralismo de ideias e a autonomia pedagógica nas salas de aulas.

Bráulio Porto de Matos, professor da Faculdade de Educação da UNB (Universidade de Brasília), afir-

mou que “os sindicatos de professores têm sido usados, via de regra, como nos Estados Unidos, para promover uma agenda político-partidária de esquerda”.

A afirmação provocou vaias e pedidos de “respeito aos professores”, de pessoas contrárias ao movimento, que estavam na plateia.

Cristovam Buarque, então, pediu respeito à fala do professor e retomou a apresentação, mas novamente ouviu protestos da plateia, fazendo com que o senador novamente tomasse a palavra.

“Há pouco eu vi alguém ali dizer ‘partidos golpistas não têm direito à fala’. Isso não é democracia”, afir-

mou o senador. “Agora eu vejo ali um cartaz me chamando de golpista. Eu queria que ficasse aqui na frente, deixe a televisão ver.”

O manifestante se posicionou com o cartaz atrás do senador, e parte dos que assistiam começou a gritar: “Me representa”.

“Eu tive a hombridade de sair do Brasil quando eu não conseguia conviver com golpistas. Vocês estão se submetendo a isso. Eu não me submeto a ser dirigido por um golpista. Como vocês acham que eu sou, eu suspenso a sessão”, encerrando os trabalhos.

*Com informação da Agência Senado

37ª S E S S Ã O E X T R A O R D I N Ã R I A

13 D E S E T E M B R O D E 2 0 1 6



LEI ROUANET DEVE INCLUIR EVENTOS CULTURAIS VOLTADOS PARA O TURISMO

As apresentações artísticas e culturais em apoio à promoção de destinos e produtos turísticos brasileiros podem ser incluídas no rol das ações beneficiárias do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). A medida consta do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 177/2015, aprovado na Comissão de Educação.

De autoria do deputado Otávio Leite (PSDB-RJ), a proposta permite que ações executadas no Brasil e no

exterior, para captar turistas e eventos para o país, recebam os incentivos da Lei Rouanet (Lei 8.313/1991), que instituiu o Pronac. O objetivo é estimular a produção, a distribuição e o acesso aos produtos culturais, por meio da utilização dos recursos do Fundo Nacional de Cultura e de parcela do Imposto de Renda devido pelas empresas.

No relatório, o então senador Ricardo Franco (DEM-SE), suplente da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), afirmou que a inclu-

são de projetos culturais no rol das ações beneficiadas do Pronac vai contribuir para o desenvolvimento das áreas de cultura e turismo. O relatório foi lido pelo senador Roberto Muniz (PP-BA).

*Com informação da Agência Senado



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Foram aprovados requerimentos para realização de audiências públicas sobre educação. Entre eles, um de autoria do senador Cristovam Buarque (PPS-DF), para debater com o ministro da Educação, Mendonça Filho, as metas do Plano Nacional de Educação. O senador demonstrou preocupação com metas não cumpridas e comentou o resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Segundo Cristovam, o Ideb mostra a “decadência total” da educação no Brasil.

“Nós tínhamos meta de 5, 5,2, e não conseguimos atingir. Qualquer filho nosso que tira 5, a gente se preocupa. O Brasil tira 5 e não nos preocupamos. No ensino médio, abaixo de 4! A nota do ensino médio brasileiro é 3,7. Não há futuro nem para esses meninos e meninas nem para o Brasil”, afirmou Cristovam.

Para o senador Roberto Muniz, é

necessário compreender porque os recursos destinados pelos orçamentos municipais não têm conseguido provocar uma mudança qualitativa na educação.

A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) fez um contraponto a Cristovam, dizendo que no ensino fundamental o Ideb mostrou crescimento, principalmente nos anos iniciais, em que chegou a 5,5, superando a meta de 5,2. A senadora concordou, no entanto, com a tendência de estagnação do ensino médio. Para Fátima, o ensino médio é uma etapa muito importante na vida do aluno.

“Em primeiro lugar, isso revela, infelizmente, a incapacidade dos estados de oferecer uma política adequada nessa área”, disse Fátima.

DIRETRIZES E BASES

Foi aprovado requerimento do senador Cristovam Buarque pedindo a prorrogação por mais 120 dias

do prazo de funcionamento do grupo de trabalho criado para elaborar propostas de aperfeiçoamento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Segundo o senador, os últimos dias no Senado foram muito intensos por conta da crise política e o grupo vai precisar de mais tempo para concluir o trabalho.

LGBT

A comissão aprovou ainda requerimento extra-pauta da senadora Fátima Bezerra, pedindo audiência pública para tratar de uma pesquisa nacional sobre o ambiente educacional e a presença de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT) nas escolas em 2016.

*Com informação da Agência Senado

38^a S E S S Ã O E X T R A O R D I N Ã R I A

22 D E S E T E M B R O D E 2 0 1 6



FOTO: EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO

TORCIDAS ORGANIZADAS RECLAMAM DE PROCESSO DE ‘CRIMINALIZAÇÃO’

A Comissão de Educação realizou uma audiência pública para discutir o Estatuto do Torcedor (Lei 10.671/2003). Representantes de torcidas organizadas reclamaram que estariam sofrendo uma “campanha de criminalização nunca antes vista”, tanto por parte de setores da mídia como de órgãos do Estado, segundo o representante da Associação Nacional das Torcidas Organizadas (Anatorg), o sociólogo Alex Sandro Gomes.

A audiência contou com representantes do Ministério dos Esportes,

do Ministério Público, de órgãos de segurança e das torcidas organizadas, como a Raça Rubro-Negra (Flamengo), Força Jovem (Vasco), Máfia Azul (Cruzeiro), Mancha Verde (Palmeiras) e Ira Jovem (Gama).

“Me choca muitas vezes o tratamento que recebemos da mídia, por parte de pessoas que não conhecem de fato o que fazemos. Nada sabem sobre a inserção positiva que temos em comunidades populares de norte a sul do país, em atividades culturais e de inserção de jovens”, garantiu Alex Sandro, também conhecido pelo apelido de Minduim.

Ele não nega que membros de torcidas organizadas diversas vezes se envolvem em casos de violência nos estádios ou em trajetos de ida e volta dos jogos, mas pede aos órgãos estatais que, nestes casos, punam os indivíduos diretamente envolvidos, não a torcida organizada como um todo. Em diversos estados e cidades algumas dessas instituições foram fechadas por ações do Ministério Público ou proibidas de se manifestarem durante as partidas.

“Esses atos de violência não têm o apoio de nenhuma torcida. Temos que ser vistos como parceiros no



FOTO: EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO

combate a esse problema, nós somos parte da solução”, disse Alex Sandro.

AÇÕES SOCIAIS

Andre Brito, da Força Jovem (Vasco), convidou jornalistas, promotores e policiais, que na sua opinião prejulgam os membros das torcidas organizadas como “marginais”, a acompanharem ações conjuntas de diversas torcidas a serem desenvolvidas em outubro em Brasília, ligada à doação de brinquedos para instituições sociais que abrigam crianças em situação de vulnerabilidade.

Informou ainda que outras ações estão sendo desenvolvidas, com a mesma filosofia, ligadas à doação de alimentos, roupas, mantimentos e produtos de limpeza, que culminarão no final do ano com um “Natal Solidário”.

Wallace Mendonça, também da Força Jovem, reclamou do processo de criminalização que as torcidas estariam sofrendo, segundo ele em

grande parte fruto de um preconceito “de quem só conhece essas instituições que a Globo noticia”. Ricardo Leal, da Mancha Verde (Palmeiras), também lembrou a responsabilidade que, no seu entender, o poder público e as entidades organizadoras têm nos distúrbios durante partidas de futebol.

“É muito comum não cumprirem os protocolos acertados em reuniões prévias com as próprias torcidas”, afirmou.

O secretário nacional de Futebol, Gustavo Perrella, representando o Ministério do Esporte, garantiu que o governo vê as torcidas organizadas como parceiras na diminuição de episódios de violência envolvendo partidas oficiais, e que a entidade está de portas abertas para reuniões com os representantes das torcidas. Lembrou que, desde 2014, o ministério vem realizando seminários em todas as regiões tratando sobre o tema, e que a iniciativa continuará.

“O ministro Leonardo Picciani é

um entusiasta do esporte como um meio de melhorar a sociedade. E é do interesse das próprias torcidas expulsar quem pratica atos de vandalismo”, disse.

Perrella também defendeu a criação do Cadastro Único dos Torcedores, garantindo que já vem tomando medidas visando sua implementação. A medida também teve o apoio do representante do Ministério Público do Distrito Federal presente à reunião, Bruno Freitas, que garantiu que a instituição “jamais teve a intenção ou agiu de forma a demonizar as torcidas”.

*Com informação da Agência Senado

39ª S E S S Ã O E X T R A O R D I N Ã R I A

4 D E O U T U B R O D E 2 0 1 6



FOTO: PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

REFORMA DO ENSINO MÉDIO SERÁ DEBATIDA EM AUDIÊNCIA NA CE

A Comissão de Educação aprovou requerimento para a realização de audiência pública que debaterá a proposta do governo federal de reforma do ensino médio, contida na Medida Provisória (MP) 746/2016, que tramita no Congresso.

Segundo a senadora Fátima Bezerra, autora do requerimento, a matéria já provoca polêmica, tanto por aspectos de mérito, como é o caso do fim da obrigação de disciplinas como Artes e Educação Física, mas também pelo fato de ter sido apresentada por meio de medida provisória.

Como uma MP tem efeitos imediatos, ou seja, entra em vigor a partir de sua edição, críticos do governo de Michel Temer apontam limitação do debate da reforma do ensino médio, por ter sido apresentada por intermédio desse instrumento legal.

A medida provisória precisa ser aprovada pelo Legislativo em 120

dias para não perder a validade. O texto passa inicialmente por uma comissão mista e depois pelos Plenários da Câmara e do Senado.

Serão convidados para o debate na CE, ainda sem data marcada, representantes do Ministério da Educação, do Movimento Todos Pela Educação, da União Nacional dos Estudantes (UNE), da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) e do Fórum Nacional da Educação, entre outros.

ESCOLA SEM PARTIDO

Foi aprovado o requerimento da senadora Fátima Bezerra para realização de debate sobre o PLS193/2016, que cria o programa “Escola sem Partido”. Apresentado pelo senador Magno Malta (PR-ES), o texto é baseado em proposta do professor Miguel Nagib, presidente da ONG Escola Sem Partido.

PRIMEIRA INFÂNCIA

Foi aprovado requerimento do presidente da CE, senador Romário (PSB-RJ), de audiência pública sobre o cuidado integral na primeira infância, tratando em especial dos desafios jurídicos e sociais no atendimento a crianças com deficiência. O debate será realizado em conjunto com as comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Foram convidados Vital Didonet, especialista em educação infantil; a desembargadora Ivone Ferreira Caetano, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro; a psicóloga Drina Candilis-Huisman, professora emérita da Universidade Paris VII; e Dafne Herrero, doutoranda em Ciências da Saúde pela Universidade de São Paulo (USP).

*Com informação da Agência Senado

40ª S E S S Ã O E X T R A O R D I N Ã R I A

18 D E O U T U B R O D E 2 0 1 6

FOTO: EDUARDO RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO



SENADORES APROVAM EMENDAS QUE DESTINAM MAIS RECURSOS PARA EDUCAÇÃO

Foi aprovado o relatório do senador Roberto Muniz (PP-BA) favorável a quatro emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2017, destinando recursos à educação básica, à educação profissional e tecnológica, à cultura e ao esporte.

A primeira emenda aprovada destina R\$ 869 milhões ao Fundo

Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Ministério da Educação (MEC), para o apoio à educação básica. A segunda concede R\$ 200 milhões, também para o MEC, para fomentar o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica.

A terceira emenda reserva R\$ 405,7 milhões para apoio a projetos audiovisuais específicos ao Fundo Nacional de Cultura, do Ministério

da Cultura. A última emenda prevê a dotação de R\$ 650 milhões no Orçamento da União do ano que vem para a implantação e modernização de infraestrutura para o esporte educacional, recreativo e de lazer, ação do Ministério do Esporte.

*Com informação da Agência Senado

41^a S E S S Ã O E X T R A O R D I N Ã R I A

18 D E O U T U B R O D E 2 0 1 6

FOTO: EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO



PROJETO SOBRE VAQUEJADA GERA POLÉMICA

A discussão do projeto que reconhece o rodeio e a vaquejada como manifestações culturais nacionais e patrimônios culturais imateriais gerou discordância entre os membros da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. De origem da Câmara dos Deputados, o PLC 24/2016 levou a um pe-

dido de vista coletiva por parte dos senadores.

O relator da matéria na CE, senador Otto Alencar (PSD-BA), afirmou que a relevância do rodeio foi reconhecida pela Lei nº 10.220, de 11 de abril de 2001, que instituiu normas gerais relativas à atividade de peão de rodeio, equiparando-o a atleta profissional. Já a Lei nº 10.519,

de 17 de julho de 2002, dispõe sobre a promoção e a fiscalização da defesa sanitária animal quando da realização de rodeio. A lei estabelece uma série de medidas que protegem os animais participantes das provas, a exemplo da assistência médico-veterinária, transporte adequado e utilização de apetrechos que não causem injúrias ou ferimentos.



Segundo o senador, no que se refere à vaquejada, além das leis estaduais que têm tratado do tema, há uma preocupação em garantir segurança aos animais, por meio de práticas como a utilização exclusiva de bois adultos, o uso de cauda artificial, a abolição de esporas e tacás e a disposição de três palmos de areia lavada no local das provas, para amortecer a queda dos animais.

O senador Otto Alencar, que recebeu críticas pesadas pela internet por defender o projeto, afirmou ainda que se os maus tratos dos animais forem considerado um impedimento para a aprovação da matéria, outros esportes

ou práticas atuais também deveriam ser-ló como o hipismo e a castração de animais sem anestesia. O relator argumentou ainda que a proibição da vaquejada e do rodeio deixaria por volta de 600 mil desempregados no país.

O senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) disse ser contra o projeto e pediu vista para elaborar um voto em separado. O senador Cristovam Buarque (PPS-DF) também se manifestou contra e disse que as manifestações ou práticas que maltratam os animais precisam ser todas revistas.

Após o pedido de vista de outros senadores, o presidente da CE, senador Romário (PSB-RJ) concedeu vista

coletiva à matéria. Após passar pela comissão, o projeto ainda precisará ser votado pelo Plenário do Senado.

*Com informação da Agência Senado

42^a S E S S Ã O E X T R A O R D I N Ã R I A

1º D E N O V E M B R O D E 2 0 1 6



FOTO: GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO

IMPACTO DA PEC NA EDUCAÇÃO DOMINA DEBATE NA CE

O impacto da chamada PEC dos Gastos Públicos no setor de educação foi tema de audiência pública, que focou nos efeitos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nos últimos 20 anos e em como atualizá-la.

A deputada Dorinha Seabra (DEM-TO), uma das participantes, afirmou que estudos da consultoria da Câmara apontam que a PEC estabelecerá um retrato do que foi executado no Orçamento para a área

em 2017, e tal valor será corrigido de acordo com o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) nos 20 anos seguintes. O mesmo entendimento, segundo Dorinha, tem outros estudos independentes que se debatem sobre a matéria.

“Ou seja, de fato a PEC acaba com todas as vinculações orçamentárias hoje previstas para a educação, e isso nos níveis federal, estadual e municipal”, disse a deputada.

INVESTIMENTOS

Para ela, o novo quadro será de grande desafio aos gestores públicos em todos os níveis, pois os dados oficiais disponíveis indicam que o Brasil investe pouco em educação, e a qualidade está ligada diretamente a investimentos. Enquanto o gasto médio por estudante no Brasil está em torno de US\$ 3 mil anuais, disse ela, nos demais países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), esse



FOTO: GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO

investimento já se aproxima de US\$ 10 mil anuais.

“Mesmo no Brasil, todos os dados mostram que bons resultados se relacionam diretamente com investimento, não adianta querer esconder isso. Quais os estudantes melhor avaliados por aqui? Os dos institutos federais, onde o custo médio por aluno é cinco vezes superior ao dos cursos regulares”, disse.

Já o professor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) João Monlevade afirmou que todo o modelo educacional brasileiro é concebido de forma a perpetuar a desigualdade social do país. Como uma alternativa para aumentar os investimentos na educação, ele defendeu alíquotas maiores sobre o Imposto Territorial Rural (ITR), vinculando-o a gastos no setor.

GESTÃO

O senador Cristovam Buarque (PPS-DF) concordou que o Brasil não conseguirá construir um sistema educacional de qualidade sem mais investimentos, mas observou que os gestores públicos em geral

acomodaram-se às vinculações orçamentárias, negligenciando resultados concretos obtidos com menos recursos.

“Já cansei de visitar municípios em que os prefeitos se orgulhavam em investir 25%, 30% em educação, só que com escolas em mau estado ou oferecendo um ensino de qualidade baixa”, disse o senador, lembrando que tal sistema não conseguiu impedir gestores de, na prática, desviar esses recursos para outras áreas, estabelecendo um vínculo qualquer que justificasse esses gastos como sendo de educação.

O senador também avalia que a PEC 241, caso aprovada, não necessariamente congelará os gastos com a educação, que podem continuar a ser reajustados desde que, de fato, o setor vire uma prioridade nacional.

“É agora que vamos poder ver quem, de fato, valoriza a educação. Vai ter que dizer de onde vai tirar pra investir mais lá”, afirmou o senador, avaliando que a PEC estabelecerá um teto geral possibilitando remanejamentos entre diversas destinações.

FEDERALIZAÇÃO

Cristovam também afirmou que uma atualização da LDB deve ter como foco mobilizar o país em torno dessa causa, passando por medidas como a federalização do setor e um maior engajamento da mídia. E reconheceu que um sistema educacional com real qualidade não será construído também sem uma política de boa remuneração aos professores em todos os níveis.

*Com informação da Agência Senado

43ª S E S S Ã O E X T R A O R D I N Ã R I A

1º D E N O V E M B R O D E 2 0 1 6



RECONHECIMENTO DA VAQUEJADA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL É APROVADO NA CE

Foi aprovado o PLC 24/2016, de autoria do deputado Capitão Augusto (PR-SP), que eleva a vaquejada e o rodeio à condição de manifestações da cultura nacional e patrimônio cultural imaterial. A pedido do senador Otto Alencar (PSD-BA), foi aprovado caráter de urgência para sua análise pelo Plenário do Senado.

A proposta foi apoiada especialmente por senadores nordestinos, como José Agripino (DEM-RN), que

vê a vaquejada como um esporte que vem se aprimorando, procurando poupar os animais de maus-tratos. A questão vem sendo debatida desde que o Supremo Tribunal Federal (STF) proibiu a prática numa votação apertada, por 6 a 5.

“O que se precisa é corrigir o que ainda é feito de forma errada, o que aliás já vem sendo feito há tempos. O colchão já é de 50 centímetros, há plantão de veterinários, não existe mais contato dos animais com o metal e é utilizado um rabo artificial”,

afirmou Agripino.

O senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) voltou a alertar para a dimensão econômica que a vaquejada possui nas áreas rurais nordestinas, onde sua cadeia colaboraria na geração de centenas de milhares de empregos diretos e indiretos.

“A vaquejada é hoje uma questão de sobrevivência pra muita gente que ainda vive na zona rural. O Senado não pode ignorar que essas regiões já vivem um despovoamento, e o fim da vaquejada afeta diretamen-



te essas dezenas de milhares de cidadãos", frisou o senador.

Roberto Muniz (PP-BA) também entende que a questão sofreria um "viés de preconceito" que setores urbanos teriam com a visão de mundo própria do campo. Segundo ele, o debate sobre o bem-estar do animal pode ser ampliado em virtude da polêmica provocada pela decisão do STF, afetando já em um futuro próximo outras atividades culturais no Sul e no Sudeste em que também se faz uso abundante de animais.

Já Otto Alencar voltou a reclamar do fato de o STF ter proibido a vaquejada sem ouvir o setor. Ele também acredita que existem outros esportes em que os animais seriam bem mais maltratados, além de serem vítimas do ser humano em diversas outras situações em áreas urbanas. Para enfatizar seu ponto de vista, o senador baiano, que relatou o projeto, recorreu a uma citação de Ruy Barbosa:

"A pátria não é de ninguém, é de todos, e cada qual tem no seio dela o mesmo direito à ideia, à pa-

lavra e à associação. A pátria não é um sistema, não é uma seita, não é um monopólio de quem quer que seja, nem uma forma de governo. É o céu, é o solo, é o povo, a tradição, a consciência, o lar, o berço dos filhos, o túmulo dos antepassados, a comunhão da lei, da língua e da liberdade".

CONTRAPONTO

O projeto teve o voto contrário dos senadores Antonio Anastasia (PSDB-MG) e Marta Suplicy (PMDB-SP).

Anastasia, que apresentou um voto em separado, lembrou que a aprovação do PLC 24/2016 não terá nenhum efeito prático no que tange à liberação da vaquejada. Ele entende de que o mesmo se dará caso também seja aprovada uma proposta de emenda à Constituição apresentada por Otto Alencar.

"O que o STF está discutindo são dois valores conflitantes em nossa Carta Magna: as manifestações culturais e a não-crueldade com os

animais. A última palavra em relação a esse conflito continuará sendo do STF", disse.

O senador avalia ainda que o debate em torno da vaquejada é parte de uma maior consciência das pessoas em relação a suas posturas com os animais, algo que no seu entender tem evoluído gradualmente em todo o planeta.

Anastasia, assim como Marta, entende que a proposta aprovada hoje seria inconstitucional, devido ao fato de órgãos técnicos ligados ao Ministério da Cultura não terem sido consultados.

Marta Suplicy, por sua vez, apresentou relatórios do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) contrários à vaquejada.

*Com informação da Agência Senado

44ª S E S S Ã O E X T R A O R D I N Ã R I A

8 D E N O V E M B R O D E 2 0 1 6



SENADORES DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO VÃO A DEBATE SOBRE PEC DOS GASTOS

A reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) foi encerrada antes do previsto para que os seus integrantes pudessem participar de um debate sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/2016, que limita os gastos públicos. A proposta estava sendo discutida, naquele momento, em

audiência conjunta das Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE).

A vice-presidente da CE, senadora Fátima Bezerra (PT-RN), lembrou que o financiamento para a educação para os próximos 20 anos estará em risco, caso a PEC seja aprovada. Portanto, seria uma questão de coerência, até porque o quórum estava baixo.

“Há integrantes da CE que também pertencem à CCJ. Além disso, estão em jogo o presente e o futuro da educação brasileira”, argumentou.

**Com informação da Agência Senado*

45ª S E S S Ã O E X T R A O R D I N Ã R I A

9 D E N O V E M B R O D E 2 0 1 6



PEC DOS GASTOS E MP DO ENSINO MÉDIO VOLTAM A SER CRITICADAS POR EDUCADORES

A Medida Provisória que reformula o ensino médio (MP 746/2016) e a proposta de emenda constitucional que estabelece um novo regime fiscal no país, congelando os gastos e investimentos públicos por 20 anos (PEC 55/2016), devem ser analisadas conjuntamente no que tange ao seu impacto na área educacional.

Marta Vanelli, representante do Fórum Nacional da Educação (FNE), acredita que se o governo federal tivesse a intenção de realizar uma reforma no ensino médio ouvindo os

educadores, estudantes e pais, basta priorizar o PL 6840/2013, em tramitação na Câmara dos Deputados e que tem o mesmo objetivo.

Para ela, a opção de realizar a reforma por MP se dá justamente porque o governo “sabe que seu teor seria rejeitado num debate mais democrático”. Ela ainda denunciou que o governo estaria boicotando o FNE, dizendo que em reunião realizada no dia 20 de setembro o fórum divulgou uma nota pública contra a PEC 55, que até hoje não foi publicada no site da entidade.

Marta Vanelli ainda acredita que o

governo atua deliberadamente buscando esvaziar o fórum, que é uma instância representativa da sociedade junto ao Ministério da Educação, “chegado ao ponto de até mesmo negar a cessão de passagens para que seus membros participem de eventos”.

“Só estou nesta audiência aqui no Senado porque a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) custeou meu deslocamento”, disse a educadora, que é de Santa Catarina e também faz parte da outra entidade.

Este alegado boicote ao FNE foi



motivo de um repúdio pela senadora Fátima Bezerra (PT-RN), que também faz parte do fórum. Para ela o FNE “não pede favor” ao buscar exercer suas funções, e esse “boicote”, juntamente com a MP 746 e a PEC 55, são entre outras “as consequências de um golpe que prejudica os mais pobres”.

A senadora ainda citou o estudo da consultora Marisa de Abreu, da Câmara dos Deputados, que prevê que a instauração do ensino de tempo integral, um dos objetivos anunciamos pela MP, terá um custo de R\$ 1,5 bilhão apenas em seus dois primeiros anos. Algo que entende incompatível com a MP 55, que prioriza o congelamento dos gastos.

ESCOLAS DE POBRES

A MP 746 e os impactos da PEC 55 sobre a educação também foram criticadas por Dante Henrique, do Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio.

Ele citou um estudo do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-econômicos (Dieese) segundo o qual se o teto de gastos

como concebido agora pelo governo no estivesse em vigor desde 2002, a área da saúde teria recebido R\$ 300 bilhões a menos de orçamento, e a educação R\$ 377 bilhões a menos.

Para ele, as duas propostas conjuntamente revogam os objetivos previstos no atual Plano Nacional de Educação e o próprio pacto social consolidado a partir da Constituição de 1988. Ele acredita que o “objetivo não-declarado” do atual governo é buscar uma formação educacional precária a quem advém de famílias mais pobres, buscando perenizar uma mão-de-obra barata e semi-qualificada ao mercado.

A FAVOR DA MP

A reforma proposta pelo governo foi defendida por Frederico Amancio, presidente do Conselho Nacional de Secretários da Educação (Consed) e por Rossieli Soares, secretário de Educação Básica no Ministério da Educação. Eles falaram no início da sessão e não puderam acompanhar a maior parte da reunião devido a compromissos em suas agendas.

Amancio afirmou que grandes

pontos presentes na MP já vinham sendo discutidos pelo Ministério da Educação durante a gestão de Dilma Rousseff, e buscam substituir um modelo “falido, que comprovadamente não tem como dar mais resultados”. Disse que a filosofia que rege a reforma busca ainda tornar o ensino médio “mais atraente” aos jovens, buscando torná-los “protagonistas na construção de seus destinos”.

Ele citou dados recentes do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Iddeb) que no seu entender comprovam a estagnação do atual modelo, afirmando que os incentivos à flexibilização curricular e ao ensino integral presentes na reforma poderão reverter esse quadro. Provocado pela senadora Fátima Bezerra, o representante do Ministério da Educação defendeu a realização da reforma antes da definição da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), entendendo que “a arquitetura deve vir antes do conteúdo”.

*Com informação da Agência Senado

46ª S E S S Ã O E X T R A O R D I N Ã R I A

16 D E N O V E M B R O D E 2 0 1 6

FOTO: EDUARDO RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO



PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO É CRITICADO EM DEBATE NA CE

O programa Escola sem Partido, previsto em projeto de lei que tramita no Senado, desqualifica professores e estudantes, afronta a democracia e fere a Constituição, conforme os debatedores convidados para audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Proposto pela senadora Fátima Bezerra (PT-RN), vice-presidente da comissão, o debate analisou o PLS 193/2016, do senador Magno Malta

(PR-ES), que inclui o programa Escola sem Partido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e o site criado pelo movimento em favor do programa.

Na avaliação da senadora, a liberdade de discussão nas escolas é fundamental para que a educação exerça seu papel na construção do desenvolvimento das pessoas, do exercício da cidadania e de uma sociedade justa e solidária.

“A escola tem o dever de abrigar o debate da forma plural e o projeto

vem cercear esse debate”, concluiu.

Deborah Duprat, subprocuradora-geral da República, concordou com a senadora e disse que o projeto tenta conquistar adeptos com um falso discurso da neutralidade da educação.

“Somos todos seres inseridos nos nossos espaços sociais e nunca haverá uma ideia ou valor neutro, pois já traz em si a percepção de algo valioso sendo, portanto, objeto de defesa”, ressaltou.

Como afirmou a subprocurado-



ra, a defesa da neutralidade política, ideológica e religiosa contida no projeto impede o pluralismo de ideias das escolas e a liberdade dos educadores, o que fere a Constituição Federal. Ela citou manifestações do Ministério Público e da Advocacia Geral da União, pela inconstitucionalidade do texto.

RETROCESSO

Para as senadoras Regina Sousa (PT-PI) e Gleisi Hoffmann (PT-PR), o texto revela o avanço de valores conservadores e ameaça direitos sociais conquistados pela sociedade brasileira.

“Estamos em um momento em que temos que ter muita resistência, pois não é um jogo apenas de valores da sociedade, mas também de interesses econômicos. Escola sem Partido não é apenas para não se buscar consciência, mas para formar mão de obra para o mercado, para que as pessoas trabalhem e produzam sem incomodar o status quo”, afirmou Gleisi Hoffmann.

A intenção do projeto de reduzir conquistas e impedir a liberdade de

discussão nas escolas também foi apontada pelos representantes da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), Camila Lanes, e da União Nacional dos Estudantes (UNE), Iago Montalvão.

“O projeto é parte de uma ofensiva para impor uma formação acrítica, tecnicista e não emancipatória”, disse Montalvão.

A opinião foi compartilhada por Cléo Manhas, representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, para quem o movimento Escola sem Partido visa combater conquistas sociais como a igualdade de gênero, a liberdade religiosa e os direitos de homossexuais.

NEGÓCIO

Na avaliação de Fernando de Araújo Penna, professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), o programa é uma ameaça à educação democrática, na medida em que tenta reduzir o trabalho dos professores a uma relação de consumo.

“O professor é visto como um mero prestador de serviço”, obser-

vou Penna, mostrando ainda que os defensores do programa divulgam, nas redes sociais, mensagens com conteúdo offensivo a professores e estudantes.

MANIFESTAÇÃO

Apoiadores do programa chegaram a interromper o debate por alguns minutos, gritando palavras pela aprovação do PLS 193/2016, e foram retirados do plenário onde acontecia a audiência pública.

Na presidência do debate, Fátima Bezerra lamentou que o advogado Miguel Nagib, um dos propositores do programa Escola sem Partido, tivesse recusado o convite para participar do debate promovido pela CE.

*Com informação da Agência Senado

47ª S E S S Ã O E X T R A O R D I N Ã R I A

22 D E N O V E M B R O D E 2 0 1 6

FOTO: PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO



POR FALTA DE QUÓRUM PARA DELIBERAÇÃO, CE TEM SESSÃO CANCELADA

O presidente da Comissão, senador Romário (PSD-RJ), aproveitou a oportunidade para comunicar que a Comissão esteve presente no seminário de lançamento do Relatório do 1º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano

Nacional de Educação: Biênio 2014-2016, representada pela Vice-Presidente, Senadora Fátima Bezerra (PT-RN).

O material distribuído, que contém os resultados de indicadores do PNE, encontra-se à disposição, na secretaria da Comissão, para os

senadores que desejarem acesso ao seu conteúdo.

*Com informação da Agência Senado

48ª S E S S Ã O E X T R A O R D I N Ã R I A

23 D E N O V E M B R O D E 2 0 1 6



ESPECIALISTAS DISCUTEM CUIDADO INTEGRAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Investir no cuidado integral à primeira infância gera enormes benefícios sociais. Essa foi uma das principais recomendações feitas por especialistas durante audiência pública conjunta das Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Assuntos Sociais (CAS) do Senado.

Durante a primeira infância, as sensações dos bebês e das crianças pelo olhar, cheiro e toque os ajudam a ganhar estabilidade emocional e a crescer com saúde. É também nessa fase que a coordenação motora e as conexões cerebrais se intensificam durante o processo de aprendizado. Por isso é tão importante o carinho e apoio da família.

O especialista em educação in-

fantil Vital Didonet, que falou sobre a cultura do cuidado integral, disse que está preocupado com os cortes orçamentários. Ele fez um apelo para que não se reduzam as verbas dos programas sociais para atendimento da primeira infância.

“A gente tem que preservar, pelo menos, a infância, se nós queremos ter um país sadio, se nós queremos ter uma sociedade equilibrada, se nós queremos ter justiça social, e equidade neste país”, disse.

LICENÇA- PATERNIDADE

A senadora Fátima Bezerra (PT-RN), que presidiu a audiência

pública, foi relatora do marco legal da primeira infância, lei sancionada em março deste ano. Um dos direitos garantidos na legislação foi o aumento da licença paternidade de cinco para 20 dias no âmbito do programa empresa cidadã.

“Essa fase é essencial para a formação do ser humano em toda a sua plenitude. O marco legal da primeira infância vai contribuir para que observemos com um novo olhar o desenvolvimento de nossos meninos e meninas de até seis anos de idade”, explicou.

*Com informação da Agência Senado

49ª S E S S Ã O E X T R A O R D I N Ã R I A

23 DE NOVEMBRO DE 2016



REPPERSON/RUDY/AGÊNCIA SENADO

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO RECEBE COMITIVA CHINESA

A Comissão de Educação recebeu comitiva de senadores e artistas da República Popular da China, quando debateram sobre a educação e esporte no Brasil. Na delegação estavam os senadores Hu Zhenmin, Cao Yumin, Xu Peidong e a comitiva: Srª Zhang Jinghua, Sr. Liu Xuguang e o Sr. Tian Qingfeng.

O senador Cristovam Buarque (PPS-DF) iniciou fazendo um panorama da educação no Brasil. Segundo ele, a partir dos anos 80 passamos a ter uma política mais inclusiva das crianças na escola. E hoje em dia temos 97% das crianças em sala de aula, todas elas recebendo livro didático e refeição diária gratuitamente.

“O Brasil tem feito um grande esforço, nas últimas décadas, através de diferentes governos. Espe-

ramos que, no governo atual e nos próximos, estejamos unidos para fazer o Brasil dar o grande salto na educação. Se fizermos isso, os outros saltos virão”, disse o senador.

O presidente da Comissão, senador Romário (PSB), explicou que 2016 foi um ano difícil para o esporte. Segundo ele, o gasto da verba pública em eventos como as Olimpíadas, por exemplo, foi mal aproveitado, dentro do que poderia ser realizado.

“Eu particularmente acredito que, assim como o nosso País está hoje vivendo um momento difícil em todos os segmentos, no esporte não é diferente, mas vamos sair disso. Com seriedade, com trabalho e com muita dedicação, eu acredito que, no que diz respeito ao nosso esporte em geral, não apenas no futebol, no voleibol, no basquetebol, no tênis,

haverá um futuro bem positivo”, disse o senador.

O subcomandante da equipe de futebol da China, Hu Zhenmin, aproveitou a ocasião para fazer um convite formal à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para irem à China. Segundo ele, o país está passando por uma reforma e precisa assimilar novos conceitos mundiais do futebol, especialmente aprender experiências brasileiras.

“Desejamos que o senador Romário possa levar a cultura do futebol para a China, preparar melhor os adolescentes no futebol. O Conselho Consultivo Político Nacional da China também tem a obrigação de contribuir para isso. Quando o senhor visitar a China chefiando essa delegação de educação, cultura e esporte, com certeza vai ser muito aplaudido na China”, disse.

*Com informação da Agência Senado

50ª S E S S Ã O E X T R A O R D I N Ã R I A

29 DE NOVEMBRO DE 2016



FOTO: EINILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO

CE APROVA VOTO DE PESAR POR TRAGÉDIA COM EQUIPE DA CHAPECOENSE

A Comissão de Educação aprovou o voto de pesar pela tragédia envolvendo o voo da equipe da Chapecoense, que caiu no início da madrugada do dia 29 de novembro de 2016, próximo ao aeroporto de Medellín (Colômbia), onde o time catarinense iria enfrentar o Atlético Nacional pela final da Copa Sul-Americana. O voto de pesar é endereçado a todos os parentes dos falecidos.

A aeronave caiu no momento em que se aproximava do aeroporto de

Medellín. Segundo as autoridades colombianas, a aeronave levava 81 pessoas a bordo: 72 passageiros e 9 tripulantes.

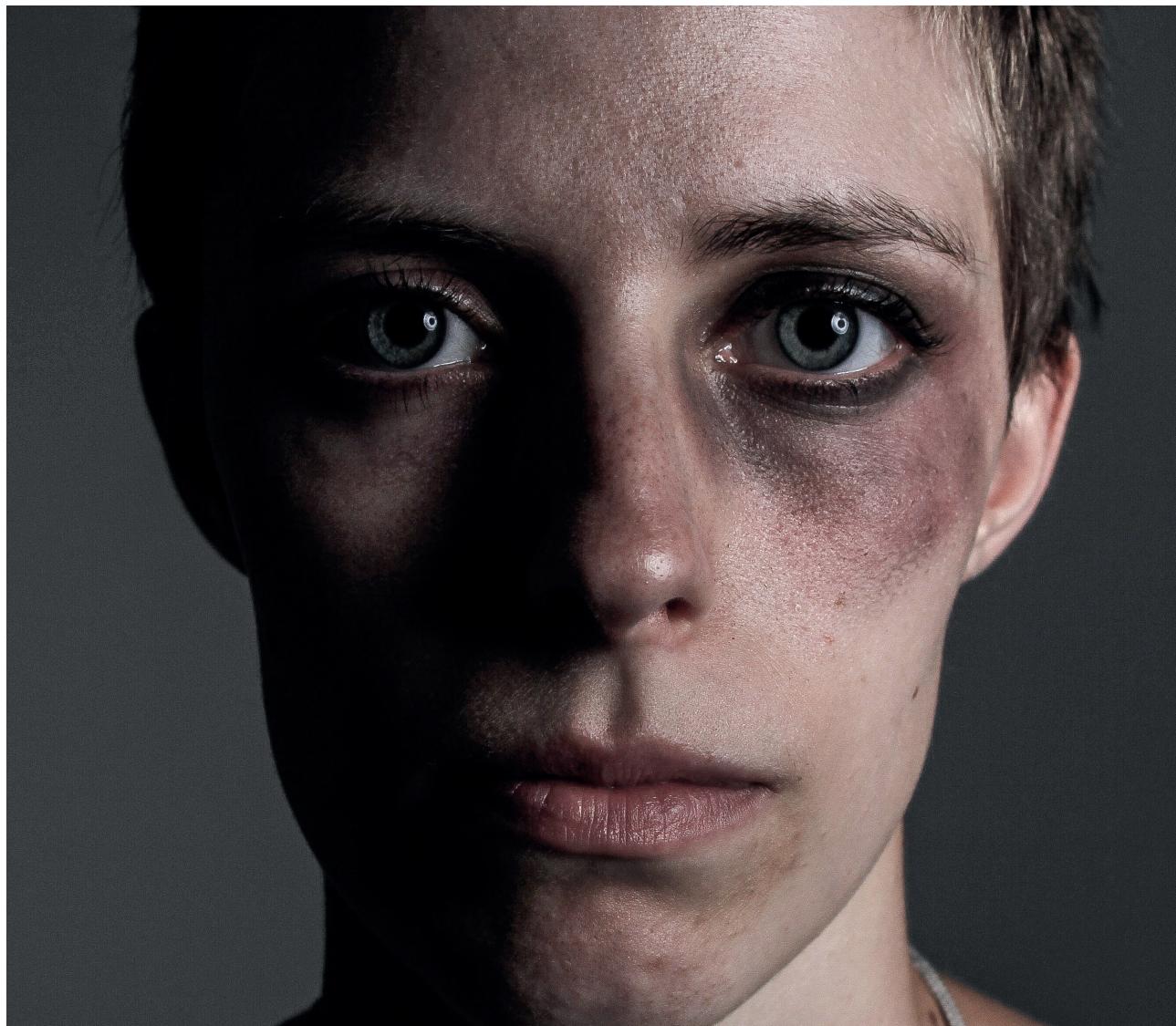
HOMENAGENS

O senador Dario Berger (PMDB-SC) lembrou que entre os victimados estão o presidente da Federação Catarinense de Futebol, Delfim Peixoto, e o presidente da Chapecoense, Sandro Palaoro. Ele lembrou que Delfim foi deputado estadual na época do regime militar,

quando destacou-se pelo PMDB do estado na transição para o regime democrático.

Fátima Bezerra também lembrou a trajetória do “camisa 8” Gil, nascido em Santo Antônio (RN) e um dos destaques do time catarinense.

Lasier Martins (PDT-RS) disse que estava abatido devido ao falecimento de amigos que fez durante sua trajetória jornalística na Rede Brasil Sul (RBS), como o ex-jogador Mário Sergio, o técnico Caio Júnior, além de outros profissionais da emissora.



CE DISCUTE PLS QUE INSTITUI SEMANA NACIONAL PELA NÃO VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A Comissão de Educação aprovou o parecer que Institui a Semana Nacional pela Não Violência contra a Mulher, que será comemorada na última semana do mês de novembro (PLC55/2016).

O autor do projeto, deputado Chico Lopes (PCdoB-CE), explica que serão desenvolvidas atividades como palestras, debates, seminários, dentre outros eventos, pelo setor público, juntamente com as entidades da sociedade civil, visando ao esclarecimento e à conscientização

da sociedade, sobre a violação dos direitos das mulheres.

Segundo ele, a violência contra a mulher é um dos graves problemas sociais que ainda persistem em nosso País. Uma pesquisa do Data-Senado indica que apenas 40% das mulheres denunciam o agressor, em cada 100 mulheres brasileiras, 15 vivem ou já viveram algum tipo de violência.

“Ainda existe grande resistência, pela mulher, quanto ao reconhecimento desses atos de violência em decorrência, muitas vezes, desta

encontrar-se em situação de dependência econômica e/ou emocional ao seu agressor. É imprescindível a realização de campanhas para esclarecimento e conscientização, com o objetivo de que as mulheres submetidas a qualquer tipo de violência doméstica tornem públicas essas agressões”, explica.

Com relatório favorável, o projeto segue para o Plenário do Senado Federal.

*Com informação da Agência Senado

51^a S E S S Ã O E X T R A O R D I N Ã R I A

3 0 D E N O V E M B R O D E 2 0 1 6



EDUCAÇÃO ‘ESTÁ NA UTI’, DIZ CRISTOVAM EM AUDIÊNCIA SOBRE 20 ANOS DA LDB

Ao conduzir audiência pública sobre os vinte anos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o senador Cristovam Buarque (PPS-DF) comparou a situação da educação no país com a de um doente em unidade de terapia intensiva. A situação ainda é mais grave, no seu entender, pelo alto grau de polarização que percebe tanto entre os educadores quanto na sociedade como um todo.

“Estamos numa UTI, num navio avariado, com a tripulação amotinada e dividida, baseada em conceitos falsos, e no meio de um tsunami”, comparou o senador.

Um dos participantes da audiência, o professor Ademir Almagro, que tem 25 anos de experiência na rede municipal de ensino de Belo Horizonte, lamentou que o dinheiro destinado ao setor ainda seja percebido em nosso país como “um gasto” e não como “um investimento no futuro”.

Ele criticou a maneira pela qual a Medida Provisória do Ensino Médio (MP 746/2016) estabelece o ensino em tempo integral. E afirmou que apoia o aumento da carga horária, mas ponderou que a medida estaria sendo instaurada sem nenhum planejamento específico ou estrutura pedagógica, funcional ou de investi-

mentos com este fim.

“Agora estão falando de oito horas, vai lá e cumpra-se. Sem nenhuma estrutura, sem nenhuma diretriz de gestão. Eu vou ser professor de teatro, de artes cênicas? É algo fora da realidade e feito sem diálogo”, criticou Almagro, para quem a evasão escolar aumentará com esta medida.

TRANSFORMAÇÃO DO MODELO

Outro participante, o professor Carlos Sávio, da Universidade Federal Fluminense (UFF), avalia que tanto ativistas quanto os gestores



da área ainda sofrem da obsessão de incluir estudantes ou aumentar verbas num modelo horrível, quando o foco deveria ser transformá-lo.

Ele também acredita que o país sofre de uma loucura anti-corrupção, em que um prefeito ou um secretário pode ser afastado por desvio de verbas, mas nada acontece se eles forem péssimos gestores.

Cristovam também alertou que o conceito de corrupção seria mais profundo, manifestando-se de maneira concreta nas prioridades que são eleitas por cada governante.

O professor da UFF ainda avalia que o governo, o Congresso e os movimentos sociais deveriam centrar forças num novo arranjo institucio-

“É óbvio que quem é ladrão tem que ser afastado, mas o problema sistêmico da educação brasileira se dá na incompetência, não na corrupção, embora ela exista.”

*Professor Carlos Sávio
(UFF)*

nal visando compensar as profundas desigualdades regionais presentes na educação brasileira.

O consultor Marcelo Ottoni, do Senado, também concordou que pode ser “ineficaz” implantar um regime de ensino integral num modelo educacional ruim. Também considera um desafio superar os desniveis regionais, entre as capitais e os municípios do interior, no que se refere à educação

**Com informação da Agência Senado*

52^a S E S S Ã O E X T R A O R D I N Ã R I A

07 D E D E Z E M B R O D E 2 0 1 6



DEBATE UNE GOVERNO, EMPRESAS E TERCEIRO SETOR PELA EDUCAÇÃO

Audiência pública debateu uma iniciativa do setor privado destinada a melhorar a educação pública do país: a Aliança Brasileira pela Educação. Capitaneada pela empresa Kroton e pela Fundação Pitágoras, ambas da área de educação, o projeto pretende expandir para todo o país o que foi feito em Minas Gerais por meio da Conspiração Mineira pela Educação. A audiência foi requerida e presidida pelo senador Pedro Chaves (PSC-MS), relator da Medida Provisória 746/2016, da reforma do Ensino Médio.

Iniciada em 2006, a Conspiração Mineira pela Educação uniu diver-

sas organizações do terceiro setor, empresas privadas e o governo para melhorar a escola pública do estado. Em 10 anos, o projeto atendeu 1.353 escolas e beneficiou mais de 1 milhão de alunos com 135 fóruns de diretores. A Conspiração Mineira se baseia em reuniões de diretores de escolas municipais e estaduais por localidade para trocarem experiência, ouvirem palestras motivacionais e conhecerem ferramentas de gestão.

Para a diretora da Kroton Educacional, Gislane Moreno, há o consenso de que a educação básica no país precisa melhorar. Ela trouxe dados do Censo de 2015, mostrando

que um total de 1,6 milhão de estudantes não renovou a matrícula de 2014 para 2015. Ela disse que os principais motivos de evasão escolar são mudança, trabalho infantil, problemas de saúde e insatisfação escolar.

ALIANÇA COM OS PROFESSORES

“Insatisfação escolar está nas mãos da gente. Porque a gente pode contribuir para que os nossos professores sejam melhores. Ao invés de taxá-los como os culpados de o ensino estar ruim, por que a gente não faz uma aliança, por que não nos damos as nossas mãos e vamos



tentar melhorar essa insatisfação escolar? É com esse objetivo que a gente criou a Aliança Brasileira pela Educação", disse Gislane.

O presidente da Fundação Pitágoras, Evandro Neiva, disse que o projeto é ousado e o comparou a fazer uma caminhada atravessando a Floresta Amazônica. Ele afirmou que, pela Conspiração Mineira, eles conseguiram avançar 30 quilômetros, dos 3 mil que a floresta têm, e que, nesse avanço, contemplaram "coisas extraordinárias". Ele deu um exemplo da cidade de Aircanduva, no Vale do Jequitinhonha, que, depois de dois anos dentro do projeto, saiu de um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 3,8 para 7,2.

"Então é isso que nos anima a continuar caminhando debaixo dessa floresta", disse.

Para o especialista em educação Cláudio de Moura Castro, o programa só dará certo se a escola assumir o protagonismo na solução de seus problemas, porque quem sabe do problema é quem vive o problema.

O promotor de justiça aposentado Tomás de Aquino Rezende res-

***"Nós temos
que criar um
movimento dentro
da escola e é isso
que vai mudar a
educação no Brasil"***
Cláudio de Moura Castro

saltou a importância da atuação do estado, das associações e fundações e da iniciativa privada.

"Não há possibilidade de nenhuma solução para nenhum problema social ou ambiental, se não estiverem presentes neles os três setores. Tem que ter governo, fazendo as regras, fiscalizando, fomentando; tem que ter mercado para financiar, senão não acontece; e tem que ter as organizações, que são as pessoas que sabem e que fazem, os executores", afirmou.

A professora Helena Neiva, assessora da fundação Pitágoras, afirmou que as metas da Aliança Brasileira pela Educação são o fortalecimento

da liderança dos diretores; a alfabetização das crianças na idade certa, até os oito anos de idade; a inclusão pelo esporte; e a melhoria dos indicadores de aprendizagem.

Helena explicou que os fóruns de diretores são encontros mensais, de 14h às 17h, com uma pauta dinâmica para que eles conheçam ferramentas de gestão, assistam a palestras motivacionais e troquem experiências. A professora informou ainda que a expectativa para 2017 é expandir a Aliança Brasileira em São Paulo e no Rio de Janeiro e que já estão sendo procurados por várias empresas interessadas em integrar o projeto.

O senador Cristóvam Buarque (PPS-DF) afirmou que acompanha o trabalho da Fundação Pitágoras há algum tempo e disse que o esforço da iniciativa privada é fundamental para melhorar a educação pública.

"Eu creio que não dá para prescindir da energia que há no setor privado na realização do que a gente quer a serviço do público. E vocês estão fazendo isso", afirmou.

*Com informação da Agência Senado

53ª S E S S Ã O E X T R A O R D I N Ã R I A

14 D E D E Z E M B R O D E 2 0 1 6



ROMÁRIO SUGERE AMPLIAR LEQUE DE EMPRESAS QUE PODEM INCENTIVAR OS ESPORTES

Apenas R\$ 247,3 milhões foram efetivamente recolhidos para financiar os projetos autorizados pelo regime previsto na Lei do Incentivo ao Esporte (Lei 11.438/2006), mesmo havendo autorização para que, em 2015, fossem captados R\$ 689,4 milhões. A informação consta de relatório aprovado pela Comissão de Educação, Cultura

e Esporte (CE), que avaliou a efetividade da norma.

Para o relator, senador Romário (PSB-RJ), que preside a Comissão de Educação, o dado demonstra que a legislação de incentivo não está funcionando de modo satisfatório. Em sua avaliação, uma forma de superar o problema é ampliar o leque de incentivadores, com permissão para que empresas tributadas com base

no lucro presumido possam também financiar projetos. Hoje, a opção é possível apenas para pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real.

“Esse dado demonstra que há dificuldade por parte dos proponentes para a captação de recursos, mesmo tendo havido a aprovação do projeto. Acreditamos que ampliar o espectro de incentivadores pode aju-

dar a solucionar o problema, motivo pelo qual reiteramos a necessidade de possibilitar às PJs tributadas com base no lucro presumido que apoiem projetos nos termos da LIE”, afirma o senador no texto.

O relatório foi preparado para atender a exigência regimental do Senado que impõe às comissões, a cada ano legislativo, analisar até três políticas públicas. A Comissão de Educação deverá analisar ainda relatórios referentes a duas outras políticas: Implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac).

DEDUÇÃO MAIOR

Romário também sugere ampliar o limite de dedução, de 1% para 4% do imposto devido pelas empresas, para apoiar projetos na área esportiva.

Na análise dos dados sobre 2015, o senador constatou ainda que a maioria dos projetos e das captações está relacionada aos esportes de rendimento. A recomendação é para que o Ministério do Esporte incentive a apresentação de projetos esportivos que envolvam o desporto educacional, por meio de divulgação

e palestras.

O relatório alerta ainda para a concentração de projetos nas regiões Sul e Sudeste. Verificou-se que, juntas, as regiões Sul e Sudeste ficaram com 94% do total de recursos captados por meio da Lei de Incentivo ao Esporte (81% para a Região Sudeste e 13% para a Região Sul).

“Diante desses dados, entendemos que seja de suma importância a busca pela desconcentração de projetos, para que possam atender a todas as regiões do Brasil de maneira efetiva”, comentou.





APROVADO PROJETO QUE ALTERA A POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS

Foi aprovado o substitutivo do projeto de lei da Câmara dos Deputados (PLC 37/2013) que altera o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas (Sisnada). O projeto define condições de atendimento aos usuários, inclusive com regras sobre internação involuntária, além de diretrizes e formas de financiamento das ações para enfrentamento às drogas.

Houve contestação à aprovação das emendas, que foram propostas pelo relator, senador Lasier Martins (PDT-RS). Para as senadoras Lídice da Mata (PSB-BA) - autora de texto alternativo - e Fátima Bezerra (PT-RN), o resultado não expressou a vontade da maioria. Elas anunciam que iriam recorrer da decisão à Mesa do Senado, mesmo estando prevista a discussão do projeto em mais três comissões, sendo a próxima a de Assuntos Econômicos (CAE), antes da decisão final em Plenário.

Havia poucos senadores presentes na reunião da CE, que estava

apreciando a matéria em processo simbólico, sem manifestação de voto de cada um dos senadores.

Durante a apreciação do PLC 37/2013, as duas senadoras contestaram pontos das emendas de Lasier. Assim que o debate se encerrou, o senador Romário (PSB-RJ), presidente da comissão, pediu aos que apoiavam o relator que permanecessem como se encontravam, e logo anunciou a aprovação. Para as senadoras, no entanto, a maioria se manifestou contra as emendas.

USUÁRIO

Uma das emendas do senador Lasier retirou do projeto dispositivo aprovado pelos deputados, por acordo feito à época com o governo, que busca evitar a aplicação de pena de tráfico a pequenos usuários eventualmente envolvidos com venda de drogas. O atenuante excluído permitiria que os juízes, analisando as circunstâncias e a quantidade de drogas apreendida, pudesse-

cluir pelo "menor potencial lesivo da conduta" e reduzir a pena de 1/6 a 2/3

Para Lasier, vale o que já está previsto na lei em vigor, que determina regra geral de redução de penas, mas exclui explicitamente os traficantes enquadrados em organização criminosa. Para o traficante que comandar organização criminosa, o texto da Câmara aumentava a pena mínima de cinco para oito anos de reclusão, permanecendo a máxima em 15 anos. Nesse caso, o relator retirou o trecho, sob o argumento que foi editada, em 2013, lei específica mais severa do que o projeto em análise.

Segundo o senador, a legislação precisa enfrentar de maneira firme "o maior flagelo do país, o tráfico de drogas". Ele lembrou que o Ministro da Defesa, Raul Jungmann, em recente audiência no Senado, teria admitido que o país não tem condições de conter a invasão das drogas pelas fronteiras. Também afirmou que não há como bancar os custos das clínicas de tratamento para uma

quantidade crescente de dependentes.

“Então, estamos tentando enfrentar o aumento dessa demanda, que cai na conta do contribuinte”, afirmou.

Lídice explicou que o substitutivo que apresentou é o mesmo aprovado antes pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a seu ver colegiado mais habilitado para tratar de aspectos penais da matéria, segundo ela tema atípico para a Comissão de Educação.

“Não se trata de uma questão simples que pode ser resolvida com ações simples, a exemplo do aumento de pena e caracterização de usuário como traficante”, comentou a senadora.

CANNABIS MEDICINAL

Segundo Lídice, Lasier ignorou as principais contribuições do substitutivo aprovado pela CCJ, de autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). O texto de Va-

ladares inovou ao tornar possível a importação de derivados e produtos à base de cannabis – princípio ativo da maconha – para fins medicinais. Pelo substitutivo aprovado na CCJ, a autorização será dada a pacientes ou a seus representantes legais e a aquisição da substância deve fazer parte do tratamento de doença grave.

Outra inovação era a previsão de espaço legal para a adoção de um parâmetro mínimo de porte de droga para diferenciar usuário e traficante. O referencial seria uma quantidade suficiente para consumo individual por cinco dias, a ser calculada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Para Lídice, a emenda de Lasier também desconheceu regras de relacionamento com as comunidades terapêuticas, de modo a garantir que sejam obrigadas a dispensar aos dependentes não apenas atenção baseada na “boa vontade”, mas tratamento “sustentado no conhecimento científico”.

INTERNAÇÃO

O texto aprovado determina que o tratamento do usuário ou dependente de drogas ocorra prioritariamente em ambulatórios, admitindo-se a internação quando autorizada por médico em unidades de saúde ou hospitais gerais com equipes multidisciplinares.

A internação poderá ser voluntária ou não. A involuntária dependerá de pedido de familiar ou responsável legal ou, na falta deste, de servidor público da área de saúde, de assistência social ou de órgãos públicos integrantes do Sisnac. O tempo máximo de internação involuntária será de 90 dias, mas o familiar pode pedir a interrupção do tratamento a qualquer momento.

Todas as internações e altas deverão ser informadas ao Ministério Público, à Defensoria Pública e a outros órgãos de fiscalização do Sisnac em 72 horas. O sigilo dos dados será garantido.

CE APROVA PARECER COM NOVA REGULAMENTAÇÃO DO BOLSA-ATLETA

Foi aprovado o parecer do projeto que altera critérios para a concessão da Bolsa-Atleta, com efeitos também sobre a categoria Bolsa Atleta Pódio (PLS 709/2015). O texto, de iniciativa do senador Romário (PSB-RJ), entre outras disposições veda atendimento a atletas que já tenham rendimentos acima de 360 salários mínimos anuais. Pelo valor do salário mínimo vigente em 2016, esse teto equivale a quase R\$ 317 mil por ano, uma renda superior a R\$ 24 mil mensais.

O projeto prevê pena de suspensão imediata do benefício caso a concessão seja feita em desacordo com o teto estabelecido. Além disso, o atleta ficará proibido de concorrer a novo benefício nos dois primeiros anos subsequentes ao da suspensão.

De acordo com a matéria, também acaba a exigência atual que condiciona o pleito para ingresso no Programa Atleta Pódio a prévia indicação do esportista pelas respectivas entidades

nacionais de administração das modalidades, em conjunto com o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) ou Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB). A Bolsa Pódio dispensa apoio de maior valor, hoje bolsas entre R\$ 5 mil e R\$ 15 mil mensais, a atletas com chances de disputar finais e medalhas olímpicas e paralímpicas.

Na justificativa, Romário argumenta que as alterações propostas têm por finalidade readequar a legislação vigente (leis 10.891, de 2004, e 12.395, de 2011) às sugestões apresentadas por atletas e profissionais da área esportiva durante eventos para avaliação das políticas públicas no setor. A iniciativa foi da CE, como parte de suas atividades em 2015.

EMENDAS

Uma das seis emendas sugeridas pelo relator, senador Lasier Martins (PDT-RS), retira da redação trecho que sugere prioridade, para a

concessão das bolsas, a atletas que pratiquem esportes de modo não profissional. Para o relator, essa prioridade resultaria em “limitação excessiva” ao alcance da Bolsa-Atleta.

Outra emenda excluiu a expressão “com bolsas esportivas, patrocínio e premiações”, em referência ao conjunto de fontes de rendimentos que devem estar condicionados ao teto. O texto aprovado mantém apenas os termos “soma de rendimentos” a fim de que, como explica o relator, também sejam contabilizadas outras fontes de renda para o cálculo de enquadramento, mesmo aquelas não previstas em lei.

Lasier retira ainda, a expressão que buscava vedar a “candidatura” à Bolsa-Atleta de esportivas com rendimento superior a 360 salários mínimos, ficando mantida a proibição já contida em outro dispositivo de que veda o patrocínio àqueles que tenham renda acima desse limite. A seu ver, a expressão era desnecessária.

sária, pois a mera candidatura não gera benefício ao atleta, mas a verificação dos requisitos a partir da inscrição.

O relator sugeriu ainda que dispositivo para determinar que o atleta, ao fim do exercício financeiro no qual recebeu a Bolsa-Atleta, apresente sua Declaração Anual de Imposto de Renda, que deverá ser comparada à declaração de rendi-

mentos que forneceu no momento do pleito da bolsa – exigência já prevista no projeto. Na sua avaliação, esse seria um bom momento para avaliar a evolução dos rendimentos e verificar se o atleta continua se enquadrando aos critérios de concessão.

Foi mantido dispositivos do projeto original que visam substituir, na legislação vigente, os termos

“paraolímpico” por “paralímpico” e seus derivados. Essa é a terminologia adotada e recomendada pelas entidades olímpicas internacionais.





FOTO: JOSÉ FERNANDO OGURA

PL FACILITA CONTRATAÇÃO DE ENTIDADES PARA EDUCAR ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

O poder público poderá contratar instituições privadas, sem fins lucrativos e especializadas em educação especial, para prestar o atendimento no contraturno das aulas (PLS69/2016). É o que prevê o projeto do senador Romário (PSB-RJ).

A educação será feita por entidades que atuam na educação de alunos com deficiência, transtornos globais e no desenvolvimento de altas habilidades e superdotação funcional como um reforço ao ensino tradicional.

Segundo Romário, só as Apaes, por exemplo, têm mais de 2 mil unidades em todo o Brasil e necessitam do poder público para continuarem funcionando.

“Esse é um público que não pode ficar sem escola e educação profissional, trabalho que as Apaes e Pestalozzis fazem com eficiência. É através desses convênios que as entidades mantêm professores e projetos voltados para a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, por exemplo.

Os pais ou responsáveis terão o direito de escolha em relação à ma-

trícula do estudante na instituição, que ficará responsável pela elaboração de uma planilha de gastos, a serem atualizadas semestralmente e encaminhadas ao poder público contratante.

A ideia é unificar a qualidade do serviço realizado, inclusive prestando o devido auxílio para que elas tenham autonomia e sustentabilidade financeira.

O projeto segue para a Comissão de Constituição e Justiça.

*Com informação da Agência Senado

